

O ensino e a formação na área do jornalismo em Portugal: “crise de crescimento” e notas programáticas*

Manuel Pinto**

A caminho dos cem anos do ensino do Jornalismo em escolas específicas no seio da instituição universitária¹, os debates e as controvérsias acerca daquilo que deve ser esta formação parecem tão vivos como em décadas passadas. Em Julho de 2002, desencadeou-se nos Estados Unidos uma polémica cujos contornos e alcance faz sentido evocar aqui. Devendo o Presidente da Universidade de Columbia nomear o director da sua internacionalmente conhecida Graduate School of Journalism, este decidiu adiar tal decisão convocando a comunidade escolar para um debate sobre “o que deveria ser uma prestigiada escola de jornalismo no mundo contemporâneo”².

De certo modo, no enunciado dos termos de referência e dos motivos da sua decisão, Lee Bollinger, ele próprio ligado ao mundo da imprensa e um reconhecido investigador sobre os problemas da liberdade de expressão, traçava já um roteiro para a discussão. Para ele, as “mudanças revolucionárias” que os sistemas de comunicação estão a gerar nas democracias, nos mercados, na cultura e nos processos de globalização fazem com que o ensino das técnicas e das práticas jornalísticas, embora valioso, não seja mais suficiente³.

Enquanto uma numerosa *task force* encetava, a pedido de Bollinger, o estudo de “um currículo moderno de uma escola de jornalismo”, desencadeou-se um intenso debate⁴ nas páginas de alguns dos principais jornais e revistas dos Estados Unidos da América, polarizado entre os que temem pela eventual “academicização” da Escola de

* Uma versão deste texto foi apresentada no I Congresso Luso-Galego de Estudos Jornalísticos, realizado em Santiago de Compostela, de 29 a 30 de Outubro de 2002.

** Departamento de Ciências da Comunicação – Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 4710-057 Braga, Portugal (mpinto@ics.uminho.pt).

¹ O papel pioneiro cabe aos Estados Unidos da América que, depois de terem iniciado, em diferentes universidades, programas de estudo da imprensa e impressão, lançaram, desde os primeiros anos do séc. XX, a formação nestas áreas no quadro de escolas próprias ou de departamentos específicos no seio de escolas de ciências sociais e humanas (cf. Traquina, 2002: 67-70).

² O texto da carta que dirigiu à Graduate School of Journalism encontra-se acessível on-line em: <http://www.jm.columbia.edu/news/2002-07/bollinger.asp> (acedido em 16.06.2003).

³ *Ibid.*

⁴ O debate ocupou significativo espaço nos *media*. Numa perspectiva mais académica e ensaística, merece referência a colecção de ensaios sobre o assunto, reunidos pelo Departamento de Jornalismo da Universidade de Nova Iorque, disponível on-line em: <http://journalism.nyu.edu/pubzone/debate/forum.1.essay.html> (acedido em 19.07.2003).

Columbia⁵ e aqueles que lamentam a situação actual do ensino naquela instituição, que pouco mais seria do que um “vocational workshop” (Varadarajan, 2002). Para os primeiros, o caminho traçado “redundará na redução da componente prática, [e] na diluição do jornalismo em lógicas académicas ultrapassadas”. Para isso, “os editores e directores não precisam do que Bollinger lhes quer dar” (Kirtz, 2002).

Retenho os ecos deste debate recente, porquanto a autêntica “chicotada psicológica” do novo presidente da Universidade de Columbia foi entendida não apenas como um desafio a uma escola, mas à formação em jornalismo em geral, nos Estados Unidos e no exterior. Algumas das clivagens e tensões que atravessam o quadro do ensino do jornalismo em Portugal podem ser analisadas e discutidas à luz desse debate.

Para abordar esta matéria, farei, em primeiro lugar, e dado o contexto desta intervenção, uma síntese de natureza histórica; procurarei, de seguida, enunciar alguns elementos da actual situação, dando especial ênfase às tendências que se observam. Finalmente, numa terceira parte, equacionarei alguns pontos que se propõem ser uma espécie de mapa de questões que deveriam merecer a atenção dos professores e investigadores em jornalismo e dos próprios profissionais e das suas organizações.

Um percurso histórico⁶

Cabe referir, em primeiro lugar, que a formação universitária em Ciências da Comunicação ou Comunicação Social surge bastante tarde, em Portugal – nos anos subsequentes à Revolução de Abril de 1974 – mas, ainda assim, antes de surgirem cursos universitários especificamente centrados no campo jornalístico. Na verdade, foi apenas em 1993 que foi criado o Curso de Jornalismo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, a que se seguiu, já em 2000, o de Jornalismo e de Ciências da Comunicação, na Universidade do Porto.

No entanto, a vontade e as iniciativas tendentes a criar cursos superiores de Jornalismo são bastante mais antigas. As primeiras tentativas conhecidas de concretizar tal intenção tiveram lugar, de forma definida e aprofundada, em 1940, através da iniciativa do recém-criado Sindicato Nacional dos Jornalistas⁷. Não avançou, na perspectiva do Sindicato, porque a proposta não colheu apoio oficial. De facto, continuavam e continuariam a verificar-se entre os jornalistas posições bastante divergentes acerca da relevância desta formação⁸. Na segunda metade dos anos 60, quando a sociedade portu-

⁵ Como considera Bill Kirtz (2002).

⁶ Este ponto utiliza em parte informação recolhida e publicada num texto anterior de Pinto & Sousa (2002).

⁷ O Sindicato fora criado em 1936, sendo seu primeiro presidente António Ferro, que viria, anos mais tarde, a chefiar o Secretariado da Propaganda Nacional.

⁸ A título exemplificativo, o jornalista Luís Quadros criticava, em 1942, o “incompreensível ostracismo” a que, segundo ele, as elites culturais dirigentes haviam votado “a mais delicada actividade que uma nação pode ter – a de orientar a opinião pública”, não lhe conferindo graus académicos, ao contrário do que haviam feito para as profissões liberais. No pólo oposto, Pedro Meyer Garção, num artigo publicado em 30 de Junho do mesmo ano, no *Diário de Lisboa* – e ao qual foi atribuído o “Prémio Sindicato Nacional dos Jornalistas”, escrevia: “(...) não há nada que mais espante que o desdém que muita gente afecta pelo jornalismo, considerando-o como o último refúgio das vocações fracassadas. Num país onde pulula o diplomado, que a si mesmo se atribui uma categoria intelectual incomparável, o homem que escreve nos jornais não

guesa registava sinais de um lento acordar da letargia em que o Estado Novo a mantinha, voltam a surgir, no âmbito sindical, novos esforços para instituir o ensino do jornalismo.

A chamada “Primavera Marcelista” alimentou na direcção sindical de então a esperança de ver o antigo sonho concretizado. Foi constituída uma comissão para o efeito, na qual se envolveram profissionais prestigiados, nomeadamente alguns que haviam, entretanto, obtido diplomas em instituições superiores estrangeiras – Lille, Paris, Navarra, Roma, Madrid. Do trabalho realizado nasceu uma proposta aprovada em assembleia-geral do Sindicato, em finais de 1970. Contemplava um curso de nível superior, com a duração de cinco anos, que incluía cadeiras teóricas e práticas, sendo que, nos primeiros três anos, as matérias incidiam sobretudo nas ciências sociais e humanas e, nos últimos dois, em dimensões mais especificamente comunicacionais e jornalísticas. Pode parecer estranho que tal curso não tenha sido concretizado, estando o país, como estava, a debater a liberdade de imprensa e a preparar uma vasta reforma do sistema educativo, liderada pelo ministro Veiga Simão. Analisando hoje o conteúdo desse projecto, torna-se notório que o regime político de então, apesar das contradições internas, continuava a temer uma iniciativa que não controlava e que se propunha incluir, no plano de estudos, o ensino de matérias ainda muito problemáticas e incómodas no contexto da Universidade, como era o estudo da História Contemporânea ou as Metodologias das Ciências Sociais. Enquanto as pesquisas sobre esta matéria não nos permitem entender melhor o que esteve em jogo, valerá a pena deixar levantada a hipótese de que uma das razões para o fracasso da iniciativa sindical tenha residido no facto de, entretanto, estar a desenvolver-se, em paralelo, um projecto com fim análogo, promovido sob os auspícios de um grande grupo económico, o grupo Quina, proprietário de vários jornais e revistas (*Diário Popular, Record, Rádio-Televisão*). E a verdade é que a Escola Superior de Meios de Comunicação Social, ligada a esse grupo, nasceu em 1973, vindo a ser apanhada pela vertigem dos acontecimentos do período revolucionário desencadeado pela Revolução de Abril de 1974 e a encerrar portas pouco tempo depois.

Com o desmantelamento das estruturas do aparelho repressivo e autoritário que prevaleceu em Portugal durante quase metade do século XX; com a consolidação da nova ordem constitucional, a democratização do acesso ao ensino e o regresso de académicos e intelectuais que haviam feito a sua formação no estrangeiro, foram-se criando

merece a essa gente a devida consideração (...). Cumpre declarar, antes de mais nada, que é assaz frequente encontrar diplomados medíocres ou com um valor deveras contestável (...). Ao contrário, um jornalista néscio ou ignaro não existe, porque ele próprio, com esses atributos negativos, se estiolaria nas necessidades quotidianas do seu mister. Nas engrenagens de um jornal só se salvam os que possuem autêntico merecimento. O jornalista não tem curso privativo que o habilite a desempenhar a sua actividade mental (...). Mas haverá cursos de talento? Aprende-se em algum sítio aquilo que é mais difícil de fazer, como seja o exprimir com clareza as ideias que se procuram transmitir? Eles que digam, os entes superiores que menoscabam o jornalismo, as torturas que passam quando têm de alinhar sobre a ciência que inculcam possuir. O que lhes sai das mãos é uma massa informe e sem brilho, que o público, mesmo versado, não lería, se algum director a deixasse inserir nas colunas do seu diário. (...) Ao jornalista exige-se cultura geral, talento de improvisação, qualidades literárias invulgares, agilidade mental, probidade de espírito. Qual é o curso que inscreve estas cadeiras no seu programa? Eis por que todo o jornalista é um autodidacta”.

igualmente as condições para o surgimento do estudo do jornalismo no ensino superior. O primeiro curso nasce ainda em finais dos anos 70 na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e irá funcionar como referência para a criação de cursos análogos noutras instituições universitárias públicas. Designados cursos de comunicação social ou de ciências da comunicação, aparecem integrados em escolas ou faculdades ligadas às humanidades e às ciências sociais, valorizando as componentes histórico-filosófica, linguística, sociológica e tecnológica. Em grande parte dos cursos assim concebidos, funcionava um tronco comum nos dois primeiros anos, com opções ou variantes nos dois ou três anos finais. Mesmo o curso da Universidade Nova, que se assumiu no início como generalista, viria, anos mais tarde, a adoptar esta modalidade organizativa. Ou seja: o jornalismo, quando possuía alguma especificidade, coexistia com outras opções como as relações públicas, comunicação publicitária, produção e realização audiovisual, tecnologias da informação e comunicação, etc.

A preponderância da nova oferta da Universidade não deve, porém, fazer esquecer que, desde os inícios da década de 80, começa a ganhar forma uma outra linha de orientações⁹, oriundas dos próprios meios profissionais dos jornalistas, da qual viriam a resultar propostas autónomas de formação de jornalistas. Assim, de um Encontro de Jornalistas do Norte nasceria, dois anos depois, no Porto, o Centro de Formação de Jornalistas (do qual sairia, em 1985, a Escola Superior de Jornalismo, integrada na rede do ensino superior politécnico). Em 1986, ano da entrada de Portugal para a Comunidade Europeia, constitui-se em Lisboa o Centro Protocolar de Formação de Jornalistas, uma iniciativa que envolveu o Sindicato do sector, as entidades patronais e o departamento governamental ligado à formação profissional. Ambos os centros se voltaram predominantemente para a formação de profissionais em serviço, numa aparente afirmação implícita de que os rumos que os estudos universitários da comunicação haviam começado a seguir não respondiam às necessidades da profissão jornalística e do jornalismo.

Os anos 90 caracterizam-se por duas linhas que se desenvolvem paralelamente. Uma diz respeito à criação de cursos específicos de Jornalismo no seio da instituição universitária. O primeiro desses cursos surge em 1993, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e o segundo surge em 2000, na Universidade do Porto, este com a particularidade de ter nele envolvidos alguns dos responsáveis e docentes da Escola Superior de Jornalismo, que inicia então um processo de extinção do seu curso. A segunda linha de desenvolvimento, nos anos 90, é a que se corporiza na criação de diversos cursos de Jornalismo ou Comunicação nas instituições do Ensino Politécnico públicas e privadas, uma malha de ensino superior criada na década anterior, um pouco por todo o país. Inicialmente vocacionadas para o ensino superior de curta duração e com forte pendor de ligação ao mercado de trabalho, estas instituições viriam a avançar para as licenciaturas, tirando partido das possibilidades abertas pela Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986: os diplomas de estudos superiores especializados e, mais tarde, as “licenciaturas bi-etápicas”.

⁹ Digo orientações – no plural – propositadamente. Como explico adiante, são diversas as lógicas e concepções de formação subjacentes à iniciativa do Centro de Formação de Jornalistas, no Porto, e ao CENJOR, em Lisboa.

Importa chamar a atenção para uma vertente relevante no que diz respeito à consolidação e à qualificação do campo dos estudos jornalísticos: a da investigação e publicação de resultados. A este nível, é igualmente a partir de finais dos anos 80 e, de forma mais consistente, ao longo dos anos 90, que se podem observar os primeiros resultados de investimentos anteriormente feitos. Em meados da década de 80, inicia-se o primeiro curso de mestrado em Ciências da Comunicação¹⁰, na Universidade Nova de Lisboa, com uma área de especialização em Estudo dos Media e Jornalismo, sob a orientação do Prof. Nelson Traquina, o académico de referência no campo, no nosso país, que vai aparecer também associado ao curso de mestrado, na mesma área, do Instituto de Estudos Jornalísticos da Faculdade de Letras de Coimbra, curso que tem início em 1998-99. Por sua vez, a Universidade do Minho arranca com este nível de formação pós-graduada em 2001-2002, através de uma área de especialização em Informação e Jornalismo no seu curso de mestrado em Ciências da Comunicação.

A partir dos mestrados e dos primeiros doutoramentos que começam a tomar o campo jornalístico como objecto¹¹, assim como dos centros de investigação que entretanto se constituem¹², vamos assistindo ao incremento das publicações na área, quer sob a forma de traduções de textos fundamentais de referência, quer sob a forma de publicação de teses e de resultados de pesquisas. Tem sido nos anos mais recentes que se tem assistido a um certo florescimento desse tipo de materiais, factor certamente relevante para o avanço do conhecimento e o reconhecimento académico do campo.

Um sinal do vigor dos estudos jornalísticos a partir dos anos 80 encontra-se nos congressos da SOPCOM – Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, ela própria expressão do vigor crescente dos estudos comunicacionais em Portugal. Tanto no Congresso de 1998 como no de 2001, a secção temática de Jornalismo foi das que registou maior participação e foi das primeiras a constituir um Grupo Temático, significativamente designado “Jornalismo e Sociedade”.

Decorre de quanto fica dito que, no espaço de 20 anos, e pelo menos no plano da oferta formativa, Portugal passou de uma situação de relativo deserto a um quadro inflacionário, aquilo que, numa imagem feliz, Mário Mesquita designou por “milagre da multiplicação dos cursos”. Esta proliferação inscreve-se num mais vasto quadro expansionista da oferta do ensino superior, que começa a ganhar contornos bem definidos a partir de finais dos anos 80, aliado à imagem socialmente positiva associada às profissões da comunicação e dos *media* e à pressão da procura neste campo específico, visível, de resto, no rápido preenchimento das vagas e nas médias elevadas que se observam nos cursos do sistema público.

¹⁰ Até 1993, este mestrado teve a designação de Comunicação Social.

¹¹ O primeiro doutoramento feito em Portugal surge no ISCTE, e em Sociologia, com a tese de José Manuel Paquete de Oliveira, sobre formas de censura oculta na imprensa portuguesa do pós-25 de Abril.

¹² O mais antigo é o Centro de Comunicação e Linguagens na UNL, cuja revista publicou alguns números temáticos de referência sobre jornalismo. Mas há que ter em conta que existem, nestes anos iniciais do século XXI, cerca de meia dúzia de outros centros, quer de natureza pública quer privada, com destaque para o CIMJ – Centro de Investigação em Media e Jornalismo, que agrupa grande parte dos investigadores do campo jornalístico da zona de Lisboa.

Num relatório para a Representação da Comissão Europeia em Portugal, elaborado em 1996-1997 por Mário Mesquita e Cristina Ponte, e que constitui o trabalho de maior envergadura feito no nosso país de recolha e análise de informação sobre os cursos de Comunicação e Jornalismo, formula-se um conjunto de conclusões que mantêm, em grande medida, perfeita actualidade e que resumiamos nos seguintes pontos:

- o modelo instituído pelo curso da Universidade Nova de Lisboa marcou de forma acentuada a orientação de cursos noutras instituições universitárias, valorizando uma sólida formação em ciências sociais e humanas e em ciências da comunicação;
- a autonomia face a possíveis lógicas corporativas e empiristas, assim conseguida, teve como contrapartida “um excessivo alheamento das problemáticas teórico-práticas do jornalismo” e “um clima de desconfiança mútua entre as instituições académicas e o meio profissional dos jornalistas”, Mesquita e Ponte (1997: 159);
- apenas numa fase subsequente começa a adquirir alguma autonomia a variante de Jornalismo destes cursos e, no âmbito desta, a abordagem dos estudos e das práticas jornalísticas; os anos 90 assistem ao surgimento de cursos universitários especificamente centrados nos estudos jornalísticos e a um certo florescimento da investigação científica e da produção bibliográfica;
- paralelamente à formação universitária, vão desenvolver-se, também ao longo dos anos 90, quer os cursos de ensino superior politécnico quer a formação profissional em serviço, promovida sob a responsabilidade dos próprios jornalistas.

Pode, assim, afirmar-se, em síntese, que, em Portugal, o ensino do jornalismo se caracteriza por uma separação relativamente acentuada entre a formação inicial e a formação em serviço; que os anos 70 e 80 são anos de lançamento e afirmação dos estudos superiores, enquadrados e marcados pelo *background* das ciências sociais e humanas e pelas ciências da comunicação e que a década de 90 se destaca como de progressiva autonomização e afirmação do jornalismo como campo autónomo de ensino e de investigação, nomeadamente com o desabrochar da formação pós-graduada¹³.

Recortam-se, no percurso do “caso português”, três círculos concêntricos. Caminhando do mais para o menos abrangente, temos, em primeiro lugar, o círculo da formação sócio-humanística e cultural clássica; segue-se o círculo das ciências que incidem na “problemática da comunicação”; e, finalmente, no centro, o círculo correspondente aos estudos jornalísticos. Este último poder-se-á ainda subdividir entre as disciplinas teórico-epistemológicas e as disciplinas de pendor prático-experimental.

¹³ Para se ver o atraso português neste domínio, em comparação com um país como o Brasil, ao qual Portugal esteve e está historicamente ligado, basta ver que um autor como Marques de Melo (2002: 111) identifica os seguintes períodos de construção das ciências da comunicação no Brasil: a) Desbravamento (1873-1922); b) Pioneirismo (1923-1946); c) Fortalecimento (1947-1963); d) Consolidação (1964-1977); e) Institucionalização (1978-1997).

A importância de cada uma destas componentes num currículo de formação em jornalismo não parece suscitar problemas de maior. As questões surgem em torno das percepções acerca do peso relativo de cada componente, as quais decorrem, como é lógico, do modo de entender a formação de profissionais do jornalismo, dos recursos humanos, tecnológicos e económicos disponíveis e das qualificações existentes.

O desafio das mudanças no campo jornalístico

As anotações assumidamente descritivas que acabo de enunciar permitem criar, ainda que provisoriamente, uma tela de fundo, de onde se recortam diversas questões suscitadas pelo percurso que caracteriza o “caso português” e que merecem explicitação e aprofundamento. De entre elas, destaco as seguintes:

- Seja qual for o tipo de enquadramento institucional para o ensino do jornalismo que se queira considerar (universitário ou politécnico, público ou privado), qual o perfil desejável dos cursos? Que aspectos devem ser tidos em consideração na definição desse perfil?
- Que tipo de relações instituir ou assegurar entre a teoria, a metodologia e a prática?
- Quais as fronteiras do jornalismo? Como equacionar, teórica e empiricamente, a relação do jornalismo e dos jornalistas com os universos substancialmente mais vastos da informação e da comunicação?
- Como compreender e intervir no fosso entre o universo académico e o universo profissional? Neste domínio e partindo do pressuposto de que tal é desejável, como incentivar os contactos e as trocas entre as instituições de formação em serviço e as instituições de formação inicial?
- Que sentido pode ter a formação conjunta de diferentes tipos de profissionais da comunicação e dos *media*? Quais as vantagens e os inconvenientes? Que critérios seguir e que princípios salvaguardar?
- Que condições assegurar para promover a consistência e a qualidade dos cursos de jornalismo, a lógica de cada uma das disciplinas, bem como a coerência entre elas e do curso no seu conjunto?
- Que papel devem ter a sociedade e os cidadãos no acompanhamento e aconselhamento da formação dos profissionais do jornalismo?
- Face às lógicas prevaletentes no mercado de trabalho (polivalência, *infotainment*, esvaziamento do jornalismo de investigação e da reportagem, produção de conteúdos...), devem as escolas e os cursos colocar-se em sintonia com elas ou reforçar a orientação da formação para uma lógica de prestação de um serviço público?
- Que questões novas são suscitadas à profissão e à formação inicial e contínua pela emergência do jornalismo on-line e do webjornalismo e, de um modo mais vasto, pelas tecnologias digitais?
- Qual o estatuto do jornalismo na academia? Que grau de reconhecimento possui? Que tendências se detectam?

- Que requisitos devem ser colocados para a docência de disciplinas especificamente relacionadas com os estudos jornalísticos?
- Que desafios metodológicos particulares enfrentam as disciplinas ligadas aos estudos jornalísticos? Que implicações decorrem da adopção de uma ou outra metodologia (por exemplo, trabalho interactivo, trabalho de projecto, ensino *ex cathedra*)?
- Que processos e mecanismos de validação e avaliação científica e técnica do ensino e da investigação em jornalismo? Que passos dados e a dar ao nível da apresentação de comunicações, da publicação de textos, da troca de informação, dos instrumentos básicos de apoio?

Mais questões e porventura não menos importantes haveria que formular. Deixo estas como pistas para futuros debates, quer no âmbito português (em particular do GT de Jornalismo e Sociedade, da SOPCOM¹⁴) quer no âmbito das trocas e debates com realidades de outros países.

Não considere, no quadro deste texto, a posição daqueles que entendem que não faz sentido existir um curso de formação de nível superior em Jornalismo¹⁵. Embora seja certo que os requisitos para o ingresso na profissão não têm de passar – e em Portugal não passam – nem pela exigência de um diploma em Jornalismo nem por qualquer outro diploma de nível superior, a lógica das coisas tem feito com que um cada vez maior número de novos profissionais seja oriundo dos cursos de comunicação e jornalismo. As relações de proximidade e de interacção que estes cursos possibilitam entre a academia e os contextos profissionais e empresariais fazem crescer significativamente a probabilidade de o recrutamento ocorrer entre diplomados desses cursos. Por outro lado, tem sido crescente o envolvimento de jornalistas seniores na docência em cursos de ciências da comunicação, o que, em alguns casos, pode ter tido o efeito colateral de reduzir as objecções à formação académica em jornalismo.

Porém, mais do que debater se devem existir cursos de jornalismo, parece ser mais produtivo e fecundo debater que requisitos, características e dimensões devem esses cursos reunir, de forma a responderem, em simultâneo, aos padrões científico-pedagógicos de consistência e de rigor, ao papel sociocultural e político do jornalismo na sociedade e às exigências de um contexto empresarial e profissional em acentuada mudança.

Na impossibilidade de abordar o conjunto das questões atrás enunciadas, limitar-me-ei, no âmbito deste texto, a reflectir sobre duas dessas questões. A primeira refere-

¹⁴ Vários destes tópicos foram objecto de reflexão aquando do I Encontro Nacional sobre o Ensino do Jornalismo – a primeira iniciativa do GT de Jornalismo e Sociedade da SOPCOM – organizado pelo Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho, em 17 e 18 de Setembro de 2003.

¹⁵ Já em 1904 Joseph Pulitzer, ao formular o seu sonho de uma escola de formação de jornalistas (que viria a ser a da Universidade de Columbia), interrogava: “Será que o homem que desempenha o papel de crítico e de professor de toda a gente é precisamente aquele que não precisa de ser ensinado?”. A este mesmo propósito, observa João Correia: “Sem quaisquer preocupações de ser acusado de elitismo, parece-me extremamente perigoso entregar uma das mais exigentes profissões intelectuais que se praticam em Portugal ao puro didactismo” (s/d).

-se às transformações que se verificam no campo jornalístico e ao modo como desafiam quantos se ocupam da formação de futuros jornalistas. A outra tem a ver com as interacções da teoria e da prática.

Escrevia Walter Lippmann, há mais de 80 anos, que “numa sociedade em que a opinião pública se tornou decisiva, nada do que é relevante na sua formação pode ser considerado indiferente” (*in* Adam, 2001: 316). A afirmação continua a ser válida hoje, com este dado significativo: o conceito e a realidade empírica da opinião pública complexificaram-se de forma evidente, designadamente através dos factores e dos agentes que concorrem para a sua formação.

A multiplicação dos pontos (e das possibilidades) de produção, edição e disponibilização de informação acessível em linha, frequentemente “desintermediando” e reconfigurando a relação entre as fontes e os públicos, constitui um acontecimento do maior alcance, com profundas incidências no papel do jornalismo e dos jornalistas. É certo que estas tendências comportam riscos e ameaças, decorrentes da proliferação de informação de actualidade de valor e fiabilidade muito variáveis. Mas também é certo que o mesmo fenómeno abre campo à voz de actores e sectores que dificilmente dispunham de vias eficazes de se dirigir ao grande público. Qual o saldo destas tendências de sinal por vezes contraditório é matéria que carece de ser analisada e aprofundada. Mas que nos dá a noção da profundidade e alcance das mudanças que se estão a operar.

Se é verdade, como tem sido observado, que se torna decisivo, nos dias que correm, dotar os cidadãos de competências básicas de análise crítica da informação a que têm acesso, não será esse, por maioria de razão, um desafio que a formação de jornalistas não pode deixar de enfrentar?

Complementarmente: alterando-se de forma radical o volume e a natureza da informação disponível e circulante, com incidências no plano das assimetrias socioculturais relativamente a essa informação, que redefinição operar no lugar e nas formas de agir dos jornalistas? Que redefinição de fronteiras e de relações se torna necessário fazer entre a informação tipicamente jornalística e outros tipos de informação? A resposta segundo a qual ao jornalista compete realizar o papel que sempre teve já não é certamente satisfatória.

Tem havido, por outro lado, quem alerte para a necessidade de repensar o paradigma do jornalismo que serve de referência no seu ensino e que tende a tomar as chamadas *hard news* (política, economia e internacional, sobretudo) como terreno de referência e tendencialmente hegemónico. Nesta perspectiva, o significado das estórias de gente comum, as “estórias de interesse humano”, tenderia a ser recambiado para o terreno do sensacionalismo (Rosenbaum, 2002; Correia, s/d). A dependência e a proximidade dos poderes e do espectáculo que eles tendem a alimentar criam, como reverso da medalha, enormes zonas de nevoeiro e penumbra que o jornalismo de *mainstream* tem dificuldade em romper. Provavelmente, nem tudo aquilo que é etiquetado como informação tablóide, informação *light* ou *infotainment* deveria ser recambiado para o baú das matérias sem interesse aos olhos do jornalismo dito sério. Merece, pelo menos, um pouco de atenção interrogativa a ideia de que os chamados *fait-divers* possam consti-

tuir a ponta de um novelo e a porta de entrada em universos que o chamado grande jornalismo remete apressada e altivamente para a categoria da informação-espectáculo, senão pura e simplesmente para o caixote do lixo.

Sabemos bem que, submetido a uma forte concorrência, o jornalismo dificilmente evita orientar-se para o mercado e pautar os critérios que levam a eleger o que é notícia pelo índice de interesse e agrado que desperta nos destinatários. Mas não distinguir o que é exacerbação dos factos e exploração sensacionalista dos dramas humanos do prospectar de novos universos, actores e problemáticas sociais e culturais pode não ser mais do que atitude preconceituosa e sobranceira e susceptível de redundar num reducionismo empobrecedor.

Analisada do lado da formação em jornalismo, esta questão é susceptível de favorecer posicionamentos de natureza esquizóide e potenciar a clivagem entre o mundo do ensino e a realidade de grande parte das redacções, na medida em que os termos de referência que são objecto de estudo se podem situar desfasados das lógicas, solicitações e constrangimentos que os futuros profissionais acabam por encontrar. Esta orientação “esquizofrénica” pode converter-se, assim, paradoxalmente, num factor de reforço do jornalismo sensacionalista, reduzindo a margem do jornalismo de referência.

Pode, assim, concluir-se que é uma discussão sobre o próprio jornalismo que se torna necessário fazer, quando se pretende reflectir sobre a formação de futuros jornalistas.

A tensão entre a teoria e a prática constitui um tema recorrente na história da formação em jornalismo. E é também, digamos assim, uma tensão inevitável e nunca definitivamente resolvida. O que merece problematização, no caso português, é o fosso que continua a existir – embora talvez mais diluído – entre os académicos e os profissionais. Do lado da academia, proposições do tipo “não há nada mais prático do que uma boa teoria” ou “a teoria é mais importante do que a prática”¹⁶ constituem argumentos que servem, frequentemente, para acentuar a dissociação existente entre as duas esferas. Por outro lado, proposições como aquela que repete que “os cursos de jornalismo são excessivamente teóricos e desfasados do universo profissional”, com a ideia associada de que “a verdadeira escola de jornalismo é a experiência e a tarimba”, constituem o outro extremo que dificulta o desenvolvimento de pontes de comunicação.

Pela minha parte, tendo a considerar que onde verdadeiramente se aprende a praticar jornalismo é, de facto, nos diferentes contextos das redacções e das empresas jornalísticas. Por muito desenvolvida que se encontre, no âmbito dos cursos, a componente laboratorial e a produção de meios jornalísticos “reais”, é muito difícil, embora não de todo impossível, replicar, em contexto de ensino-aprendizagem, as condições de uma redacção profissional, com as condicionantes de natureza editorial e empresarial, de recursos, de ritmos e de *timings*. Por outro lado, nem sequer é garantido que a experiência assim adquirida em trabalho laboratorial possa ser replicada e alargada posteriormente, uma vez no exercício da profissão, dados os diversos contextos e culturas redactoriais e a velocidade e diversificação crescentes dos equipamentos tecnológicos.

¹⁶ Veja-se a crítica deste argumento em Meditsch (1999).

Tal não significa que as componentes práticas e laboratoriais do ensino do jornalismo não sejam fundamentais e não devam ter expressão e estatuto claros nos planos de estudo. Significa, isso sim, que, ao sair da escola ou do curso, o diplomado em jornalismo não é ainda um profissional. As escolas ou cursos de jornalismo não formam profissionais, formam diplomados que, na melhor das hipóteses, reúnem um conjunto de condições, competências e requisitos para eventualmente o virem a ser, enquadrados pelos seus pares e inseridos nas hierarquias das redações. Ora, é justamente nestas condições, competências e requisitos que vale a pena focalizar a nossa reflexão.

Em tal focalização, um problema central a trabalhar teórica e empiricamente é o conceito de notícia e a aprendizagem do que é notícia. A capacidade de identificar o que é notícia não é inata. Pode haver idiossincrasias que favoreçam tais capacidades, a ponto de se falar, por vezes, em “faro” para as notícias. Contudo, para desenvolver a sensibilidade e a compreensão daquilo que é notícia supõe-se capacidade de “ler” e atribuir significado, na multiplicidade de eventos, situações e sinais que se nos oferecem de forma magmática e complexa. Ver o que é notícia em tudo aquilo que se revela não ser o que aparenta exige atenção e argúcia, e capacidade de accionar instrumentos específicos de análise, de comparação e de verificação. Ora é no desenvolvimento destas capacidades e competências que o ensino do jornalismo pode ter um contributo decisivo. “Quem escreve sobre o mundo tem que lançar sobre ele um olhar cada vez mais avisado” (J. Correia, s/d). E esse “olhar avisado” provém necessariamente de um vasto leque de domínios do saber que concorrem para o seu aprofundamento e sofisticação. Como salientava, não há muito tempo, Carlos Chaparro (1999), “a exigência comum em todos os segmentos é a de jornalistas pensantes, criativos, com boa formação intelectual, domínio de pelo menos duas línguas e com aptidões multimédia”.

Interacção teoria-prática

Perante fenómenos como o crescimento da informação, o desenvolvimento de sistemas complexos e interdependentes, a emergência de novas problemáticas e a velocidade crescente das inovações, em especial as tecnológicas, a aquisição de instrumentos e dispositivos teórico-metodológicos transponíveis, adaptáveis a novas circunstâncias e a novos contextos torna-se um requisito imprescindível. Também por isso, se revela pertinente interrogar a distinção que é habitualmente feita, no mundo académico e fora dele, entre disciplinas teóricas e disciplinas práticas. Na verdade, esse modo de conceber, categorizar e organizar o currículo pode conduzir, já no plano da formação, a uma cisão entre dois universos que ganhariam em ser assumidos como momentos de um *continuum* e como polaridades de um jogo sempre inacabado. Tal separação, traduzida no perfil dos mestres, pode dificultar o desenvolvimento de processos reflexivos e problematizadores no âmbito das ditas “práticas” e, ao mesmo tempo, comprometer o sentido e pertinência das ditas disciplinas “teóricas”. Assim, observa a este propósito o investigador brasileiro Eduardo Meditsch, “a parte prática não se desenvolve, fica condenada a ser uma prática burra, e a teoria, por sua vez, reproduz-se indefinidamente sem rumo e sem capacidade de agir sobre a realidade”.

Este modo de ver e colocar o problema não anula a pertinência de componentes mais teóricas e de componentes mais práticas, nem sequer põe em causa a possibilidade de modelos de cursos mais marcados por uma orientação profissionalizante ou mais centrados numa vocação problematizadora. Exige, isso sim, que qualquer que seja o cenário e a natureza da formação, teoria e prática não sejam pensadas como áreas estanques e que académicos e práticos que leccionam essas áreas promovam e desenvolvam modalidades sistemáticas de interacção.

Sustento, assim, que se torna necessário trabalhar uma perspectiva ecuménica abrangente da formação em jornalismo¹⁷. Mas não uma formação ecléctica. Não um somatório, mas um concerto de dimensões, em que os vários naipes – filosofia, sociologia, cultura, política, linguagem, comunicação, tecnologia, estudos jornalísticos – encontrem modo de se articularem entre si. Não se trata apenas de proporcionar aos estudantes um “enquadramento” ou uma “fundamentação teórica” para as práticas, mas de criar as condições para compreender e surpreender o modo como o jornalismo “participa no processo de produção e de circulação de sentido nas nossas sociedades” e, por essa via, representa “uma parcela de um muito mais vasto processo de comunicação na vida social” (Skinner *et al.*, 2001: 342).

O reconhecimento, selecção, elaboração e apresentação das notícias; as matérias que são objecto de representação (e – fundamental – as muitas mais que são remetidas para o limbo do “não dito”); os contextos institucionais e profissionais; os quadros normativos e culturais que servem de referência ao jornalismo; os modos socialmente diferenciados como o *output* jornalístico é recebido, significado e apropriado pelos diferentes actores e grupos sociais – tudo isto está longe de ser matéria simples, impossível de reduzir a uma lógica de “certo” ou errado. Tudo isto, em suma, supõe estudo aturado, pesquisa e reflexão individual, a fim de atenuar, tanto quanto possível, as permanentes ameaças da ignorância, enviesamento, ingenuidade e superficialidade. É também aqui que se pode encontrar alguma da razão de ser para que a formação superior da maioria dos candidatos à profissão se faça em jornalismo e *media*.

Neste sentido, não vejo que seja determinante que a formação académica ocorra no ensino público ou no privado, no universitário ou no politécnico. O que é decisivo é a solidez científico-pedagógica do ensino, a constituição de equipas que interagem no seu seio e que capitalizam e constroem conhecimento e memória, tendo presente a relevância do jornalismo para a sociedade e para o sistema democrático. Ora, como alertou Mitchell Stephens, professor de Jornalismo na New York University, isto quer dizer que, para o trabalho de exploração de novos modos de fazer jornalismo e de ser jornalista, “precisaremos de novos programas” mas também “precisaremos de novos professores” (Stephens, 2000).

Para voltar ao caso da Columbia Graduate School of Journalism, com que iniciámos este texto, o que vale a pena perguntarmo-nos é “se temos em mente um entendimento alargado daquilo que deve ser o currículo de uma escola de jornalismo”. E, para

¹⁷ Skinner *et al.* (2001) chamam-lhe “abordagem holística”, segundo a qual o jornalismo seria “uma prática institucional de representação com as suas próprias condições de existência históricas, políticas, económicas e culturais”.

que tal ocorra, necessário se torna trazer o público, a sociedade que o jornalismo serve, para o centro dos debates. Esse foi um dos méritos da decisão de Bollinger, ao tomar as medidas que tomou. Tornou o debate público, ou seja, tornou o ensino do jornalismo matéria de algum modo sujeito ao escrutínio público, um ponto que considero especialmente relevante.

Questões programáticas

Poderemos evoluir do ponto em que nos encontramos se, como comunidade científica interessada em tornar o ensino e a prática do jornalismo mais pertinentes, formos capazes de definir linhas de acção e de as pôr em prática. O meu contributo para essas linhas realça a necessidade de um maior conhecimento da nossa realidade, a definição de termos de aferição das várias experiências, a maior interacção dos mundos profissional e académico e um confronto mais intenso e estratégico com o panorama internacional. Nesta linha, entendo serem de destacar os seguintes aspectos:

- definição de parâmetros mínimos para a existência e funcionamento de cursos de formação em jornalismo, quer ao nível das graduações quer das pós-graduações;
- constituição de linhas de investigação centradas na formação em jornalismo, nomeadamente sobre a sua história, as estruturas curriculares, os métodos, os conteúdos, os recursos, a interacção com a sociedade;
- criação de modalidades de encontro e circulação nos dois sentidos, entre as instituições de formação e as redacções e empresas jornalísticas, envolvendo, de um lado, estudantes, professores e técnicos de apoio e, do outro lado, profissionais do jornalismo, responsáveis editoriais e gestores;
- desenvolvimento dos contactos internacionais, em particular com os países lusófonos e a Espanha, em ordem à troca de experiências, à aprendizagem com quem tem uma experiência mais longa e ao desenvolvimento de estudos comparativos;
- estudo de processos exigentes e rigorosos de reconhecimento do saber adquirido fora do quadro do ensino formal, no espírito da Declaração de Bolonha;
- constituição de instrumentos de referência, tais como base de dados sobre quem são os docentes e investigadores em jornalismo, os cursos, os centros e projectos de investigação, bibliografia dos estudos jornalísticos produzidos em Portugal e bibliografia básica para o ensino do jornalismo.

Referências bibliográficas

- Adam, C. S. (2001). 'The Education of Journalists' in *Journalism: Theory, Practice and Criticism*, vol. 2 (3), Dezembro.
- Chaparro, C. (1999). 'Cada vez mais perto das fontes e da internet', in *O Ribatejo*, 3 de Junho.
- Correia, F. (1995). *Contributo para o Estudo do Ensino de Jornalismo em Portugal*, Lisboa (fotocopiado).
- Correia, J. (s/d). *Algumas Reflexões sobre a Importância da Formação Universitária dos Jornalistas*, BOCC, www.bocc.ubi.pt (acedido em 28 de Setembro de 2002).

- Kirtz, B. (2002). 'Don't Academize Columbia J-School'. *Editor & Publisher Online*, 20 de Agosto.
- Marques de Melo, J. (2002). 'Para uma história das ciências da comunicação no Brasil' in *Actas do I Congresso da SOPCOM*, Lisboa: Editorial Vega
- Meditsch, E. (1999). *Crescer para os Lados ou Crescer para Cima: O Dilema Histórico no Campo Académico do Jornalismo*, Comunicação apresentada no XXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Rio de Janeiro, 7-8 de Setembro. Disponível em: www.ufsc.br/bancodedados/medistch-dilema.html (acedido em 20 de Setembro de 2002).
- Mesquita, M.; Ponte, C. (1996-1997). *Situação do Ensino e da Formação Profissional na Área do Jornalismo*, Estudo elaborado para a Representação da Comissão Europeia em Portugal.
- Mesquita, M. (1995) 'Comunicação e Jornalismo (I): Milagre da Multiplicação dos Cursos' in *Diário de Notícias*, 5 de Janeiro.
- Pinto, M. Sousa, H. (2003). 'Journalism Education at Universities and Journalism Schools in Portugal' in Frohlich, R. & Holtz-Bacha, C. (eds.) (2003). *Journalism Education in Europe and North America, an International Comparison*, Hampton Press.
- Skinner, D.; Gasher, M.; Compton, J. (2001). 'Putting Theory to Practice – a Critical Approach to Journalism Studies' in *Journalism: Theory, Practice and Criticism*, vol.2 (3), Dezembro, pp. 341-360.
- Stephens, M. (2000). 'A J-School Manifesto' in *Columbia Journalism Review*, Set./Out. 2000.
- Rosenbaum, R. (2002). 'Columbia's J-School Needs to Consider Trollopian Retooling' in *The New York Observer*, 26 de Agosto.
- Traquina, N. (2002). *Jornalismo*, Coleção "O que é", Lisboa: Quimera.
- Varadajan, T. (2002). 'Who Needs Dr.J.? Columbia's President Right to Call for Journalism-School Reform' in *The Wall Street Journal*, 26 de Julho.

Resumo

Quais as linhas que devem orientar hoje a formação em jornalismo, considerando as profundas mudanças que vêm ocorrendo no plano económico, político e cultural? Tendo por base o contexto histórico português, este texto procura analisar os desafios com que se confronta a formação em jornalismo em Portugal, dando especial ênfase às relações entre a teoria e a prática e propondo algumas linhas de acção dirigidas à comunidade científica e académica mais envolvida na formação em jornalismo e nos estudos jornalísticos.

Abstract

Which guidelines may prevail in journalism education, in the framework of the huge economic, political and cultural changes in recent times? Taking into account the Portuguese historic context, this paper analyzes the challenges faced by journalism education in Portugal, emphasizing the relationships between theory and practice. It also makes some propositions to scientific and academic community involved in journalism education and journalism studies.